

Obstáculos e Possibilidades de Acesso

caso não consiga visualizar o conteúdo acesse: <http://www.acaoeducativa.org.br/opa/opa42.html>



Boletim OPA - Informação pelo Direito à Educação - Ano IV Nº 42 –Maio de 2008

Em Foco

Temas de destaque sobre o direito à educação

Os riscos da reforma tributária ao financiamento da educação

A Constituição Federal de 1988 assegura uma estrutura mínima de financiamento do direito à educação, composta pela vinculação constitucional de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino (Constituição Federal, art.212, *caput*) e pela contribuição social do salário educação (Constituição Federal, art.212, §5º).

No entanto, a Proposta de Emenda Constitucional que trata da Reforma Tributária (PEC 233/2008), enviada pelo governo federal para tramitação no Congresso Nacional, altera significativamente tal estrutura de financiamento ao extinguir o salário-educação, propondo, em substituição, uma nova vinculação de impostos. Além disso, associada à instituição de um outro imposto federal, são criados novos mecanismos de desvinculação, que reduzem a base de cálculo dos impostos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Neste boletim, apresentamos as principais alterações propostas pelo governo federal e que, a nosso ver, apresentam riscos ao financiamento da educação. **Leia aqui**, a íntegra do texto.

Legislação e Jurisprudência

O que diz a lei e o que dizem os tribunais sobre a lei

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que dispõe sobre o ensino da história e cultura indígena brasileira

Veja aqui a lei que obriga a inclusão do ensino de história e cultura indígena brasileira no currículo das escolas públicas e particulares de nível fundamental e médio.

STF: Voto favorável ao sistema de cotas raciais e socioeconômicas

Ao proferir seu voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Programa Universidade para Todos (Prouni), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto entendeu ser constitucional a reserva de bolsas de estudos integrais e parciais a partir de critérios estabelecidos pelo sistema de cotas raciais e socioeconômicas. O ministro Joaquim Barbosa, por sua vez, pediu vista do processo, o que adia por prazo indeterminado a conclusão do julgamento. **Veja na íntegra**.

Boas Práticas

Informes de defesa e promoção do direito à educação pelo país

Em Belo Horizonte (MG), a justiça determinou que o Município realize reformas em toda a sua rede, objetivando tornar as creches e escolas acessíveis às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. **Leia a Notícia**.

Em Goiânia (GO), o Ministério Público abriu inquérito civil para apurar a inadequação física e pedagógica da rede municipal de ensino ao atendimento de estudantes com deficiência. **Leia a notícia**.

Em Rondônia, justiça determina indenização em favor de estudante expulso de sala de aula e punido com "nota zero" sem que lhe tenha sido assegurado direito de defesa. **Leia a notícia**.

No Rio de Janeiro (RJ), justiça determina a garantia de matrículas em educação infantil e a publicação do déficit de vagas. Além disso, a Defensoria Pública prepara novas ações. **Leia a notícia**.

Em Cupira (PE), o Ministério Público exige a criação do Conselho Tutelar e estabelece medidas de combate à

evasão escolar e ao trabalho infantil. [Leia a notícia.](#)

No Mato Grosso, o Juizado Especial Cível condenou instituição privada de ensino supletivo que atuava sem autorização legal a ressarcir estudantes prejudicados. [Leia a notícia.](#)

Estudos

Artigos e teses que têm a educação e sua defesa como tema

Organizações da sociedade civil ingressam como assistentes em ação judicial que visa à realização de um censo para apurar a real demanda por educação de jovens e adultos (EJA) na cidade de São Paulo

Ação Educativa, Associação Cantareira, Associação de Educação Católica de São Paulo, Associação Instrutora da Juventude Feminina, Associação Três Irmãos, Centro de Educação da Zona Leste e Instituto Paulo Freire entregaram pedido de inclusão no pólo ativo da Ação Civil Pública nº 583.53.2008.102151-6, proposta pelo Ministério Público, que visa a obrigar o Município e o Estado de São Paulo a realizar um censo para apurar a real demanda por ensino de jovens e adultos na Capital. As associações compõem o Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo, articulação que acompanha há mais de uma década as políticas públicas de democratização da educação para esse segmento.

Para ter acesso à íntegra da petição, [clique aqui.](#)

Dicas

Eventos, páginas eletrônicas e oportunidades

11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

No início de maio foi convocada oficialmente a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2008, em Brasília. Com o lema “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades”, a Conferência tem como objetivo principal a revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Para participar em nível nacional é preciso ser eleito delegado numa das Conferências Estaduais, que devem ser realizadas pelos estados até o dia 15 de agosto. Maiores informações, assim como o Texto-base e o Regimento Interno, encontram-se na página eletrônica da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/

Assine o OPA!

Institucional

O Boletim Eletrônico OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso tem o objetivo de difundir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, valorizando as boas práticas de utilização de seus mecanismos de defesa.

Participe! Conte sua experiência ou mande comentários, críticas ou sugestões para acaonajustica@acaoeducativa.org. Colabore! Divulgue e repasse este informativo a possíveis interessados.

Para cancelar, escreva para o endereço eletrônico acima e envie uma mensagem com o assunto “cancelamento”.

Expediente

Redação: Ester Rizzi, Salomão Ximenes e Yasmin Pestana
Edição e Coordenação Editorial: Michele Prazeres e Salomão Ximenes
Assessoria de Informática: Mário Sérgio de Thomaz
Assessoria de Web e Projeto Gráfico: Gledson Neix
Colaboração: Marina Gonzalez

Ação Educativa – Programa Ação na Justiça
Rua General Jardim, 660. São Paulo – SP.
CEP: 01223-010
Fone/Fax: (55-11) 3151.2333 Ramais: 146/162

www.acaoeducativa.org

www.acaoeducativa.org/acaonajustica

